

# "Pátria e Liberdade": projeto político de Simón Bolívar e disputas de poder no âmbito das independências hispano-americanas do século XIX



*"Pátria e Liberdade": Simón Bolívar's political project and power disputes within the Hispanic-American independences of the 19th century*

*"Patria y Libertad": el proyecto político de Simón Bolívar y las disputas de poder en las independencias hispanoamericanas del siglo XIX*

Mateus Webber Matos <sup>1</sup>  
Eduardo Ernesto Filippi <sup>2</sup>

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2023v11n1p7-24.

Recebido em: 1º de fevereiro de 2022  
Aprovado em: 03 de julho de 2023

## RESUMO

No começo do século XIX, revoluções por independência irromperam em muitas colônias espanholas nas Américas. Um dos líderes e maiores expoentes desse período foi Simón Bolívar, militar venezuelano que idealizava um projeto político particular para a região. Dessa maneira, a pergunta que este trabalho pretende responder é: em que medida as disputas de poder dentro das elites locais interferiram no projeto político de Simón Bolívar durante as independências hispano-americanas do século XIX? O objetivo geral é analisar o projeto político de Simón Bolívar em meio à expulsão dos espanhóis das Américas e às disputas por poder subsequentes. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. Para isso, foram acessadas fontes em espanhol, inglês e português. Os resultados indicam que, no decurso dos conflitos, prevaleceram forças contrárias ao idealismo de Bolívar, cabendo às elites locais o emprego do autoritarismo antes desempenhado pelos espanhóis.

**Palavras-chave:** Simón Bolívar; Independências; Projeto Político; Poder.

## ABSTRACT

*In the early 19th century, revolutions for independence broke out in many Spanish colonies in the Americas. One of the leaders and greatest exponents of this period was Simón Bolívar, a Venezuelan military officer who conceived a particular political project*

1. Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). Especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas (UFRGS, 2019). Bacharel em Relações Internacionais (UNIVALI, 2017). Graduando em História pela UFRGS (2023-). E-mail: mateus.webber@hotmail.com

2. Professor Titular - UFRGS/DERI (Departamento de Economia e Relações Internacionais). Doutor em Economia Política [Université de Versailles - Saint-Quentin-en-Yvelines, França, 2004], Mestre em Economia Rural [UFRGS, 1997], Bacharel em Ciências Econômicas [UFRGS, 1993]. Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais [PPGEEI] e em Desenvolvimento Rural [PGDR]. Coordenador do PPGEEI [2023/2024]. E-mail: edu\_292000@yahoo.com.br

for the region. Thus, the question this paper seeks to answer is: to what extent did power disputes within local elites interfere with Simón Bolívar's political project during the Spanish American independences of the nineteenth century? The general objective is to analyse Simón Bolívar's political project amidst the expulsion of the Spanish from the Americas and the subsequent power disputes. This is research with a qualitative approach. As to the procedures, it is characterized as documentary and bibliographical research. For this, sources in Spanish, English and Portuguese were accessed. The results indicate that, during the conflicts, centrifugal forces contrary to Bolívar's idealism prevailed, and it was up to local elites to employ the authoritarianism previously performed by the Spaniards.

**Key words:** Simón Bolívar; Independencies; Political Project; Power.

## RESUMEN

A principios del siglo XIX, estallaron revoluciones independentistas en muchas colonias españolas de América. Uno de los líderes y máximos exponentes de este periodo fue Simón Bolívar, un militar venezolano que concibió un particular proyecto político para la región. Así, la pregunta que este trabajo pretende responder es: ¿hasta qué punto las disputas de poder en el seno de las élites locales interfirieron en el proyecto político de Simón Bolívar durante las independencias hispanoamericanas del siglo XIX? El objetivo general es analizar el proyecto político de Simón Bolívar en medio de la expulsión de los españoles de América y las posteriores disputas por el poder. Se trata de una investigación con un enfoque cualitativo. En cuanto a los procedimientos, se caracteriza por ser una investigación documental y bibliográfica. Para ello, se accedió a fuentes en español, inglés y portugués. Los resultados indican que, en el transcurso de los conflictos, prevalecieron las fuerzas centrífugas contrarias al idealismo de Bolívar, y a las élites locales les correspondió emplear el autoritarismo que antes ejercían los españoles.

**Palabras clave:** Simón Bolívar; Independencias; Proyecto político; Poder.

## INTRODUÇÃO

A porção sul do continente americano enfrentava, no início dos anos 1800, conflitos sociais que eram fruto, em grande medida, da colonização espanhola. A exploração econômica do governo espanhol através da cobrança de impostos e a estratificação social representavam alguns dos obstáculos enfrentados pelos hispano-americanos. Ao menos um dos interesses das oligarquias da região coincidia com os de Simón Bolívar, na medida que vislumbravam uma América livre da dominação espanhola, capaz de produzir e comercializar suas commodities de maneira autônoma (Cardoso; Brignoli, 1983). As semelhanças parecem limitadas, uma vez que o projeto político e a ideologia de Bolívar eram muito mais abrangentes e inclusivos do que os idealizados pelas elites locais.

Tendo em vista o exposto acima, pergunta-se: em que medida as disputas de poder dentro das elites locais interferiram no projeto político de Simón Bolívar durante as independências hispano-americanas do século XIX? Dessa maneira, o objetivo geral desse trabalho é analisar o projeto político de Simón Bolívar em meio à expulsão dos espanhóis das Américas e as disputas por poder subsequentes. Em seguida, os objetivos específicos são segmentados em: 1) Contextualizar o projeto político de Simón Bolívar no cenário das independências hispano-americanas no século XIX; 2) Relacionar esse projeto e a ideologia de Bolívar às disputas

por poder durante as revoluções independentistas; 3) Compreender os resultados (políticos, econômicos e sociais) dessa relação para o desenrolar e encerramento dos conflitos.

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. Procedimentos de análise dos dados: em relação aos documentos, como procedimento, houve a organização das informações a priori (conforme método dedutivo), posterior análise e elaboração de sínteses. Essas informações, depois de organizadas, foram confrontadas com a literatura. No que diz respeito ao referencial teórico, este trabalho foi baseado em algumas obras de autores e autoras seminais das seguintes áreas: Antropologia (Ribeiro, 2017), História (Stein, S.; Stein, B. 1977; Donghi, 1980; Mora, 2008) e Economia Política (Marx, 2006). Para além disso, será utilizado o conceito de “luta de classes” apresentada por Marx e Engels (2005) para melhor compreensão das disputas que permeavam as sociedades no contexto das independências.

Esse trabalho se justifica na medida que procura entender a ideologia de Simón Bolívar e seu projeto dentro de um ambiente de disputa por poder que, em última instância, moldaram, mais tarde, a formação das novas repúblicas e a perpetuação de desigualdades políticas e econômicas na América Latina. Por fim, os resultados deste estudo indicam que prevaleceram forças centrífugas contrárias ao idealismo de Bolívar, cabendo às elites locais o emprego do autoritarismo antes desempenhado pelos espanhóis. O anseio de Bolívar por uma integração regional foi suplantado por interesses fragmentários que acabaram por afastar (mais do que aproximar) as novas repúblicas sul-americanas.

## O PROJETO POLÍTICO E A IDEOLOGIA DE SÍMON BOLÍVAR EM MEIO AOS PRIMEIROS FOCOS REVOLUCIONÁRIOS NA AMÉRICA ESPANHOLA

.....

¡Juro delante de usted; juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por mi Patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español! (BOLÍVAR, 2009, p. 4).

As palavras, com características messiânicas, foram proferidas por Simón Bolívar em 1805, tendo a cidade de Roma como cenário e seu mestre Simón Rodríguez como ouvinte. Abalado por sua prematura viuvez e descrente quanto ao seu futuro, Bolívar enxergou na liberdade dos povos hispano-americanos uma razão para voltar à Venezuela – sua terra natal – e lutar pela independência da América do Sul frente à dominação espanhola. O momento histórico se mostrava propício. Em paralelo, Bolívar aproveitou sua aventura europeia para aperfeiçoar seus conhecimentos políticos a partir do contato com leituras de pensadores clássicos como Jean-Jacques Rousseau, John Locke, Montesquieu e Voltaire (Lynch, 2006).

Mais a oeste, os Estados Unidos haviam iniciado a ruptura das antigas colônias com a Inglaterra em 1776. Alguns anos mais tarde, em 1791, eclodiu a Revolução Haitiana que logrou a emancipação definitiva da

França no começo do século XIX. Além disso, Napoleão Bonaparte ocupava a Espanha em 1808, evento que enfraqueceu a capacidade espanhola de manter suas possessões ultramarinas. Com maior ou menor grau de influência, tais disrupções apresentaram um horizonte favorável às independências idealizadas por Bolívar. O alvorecer do século XIX foi caracterizado como o começo da Era Moderna na América do Sul, período de convulsões sociais que teria seu fim somente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (Brignoli, 2018).

O projeto político de Bolívar tinha muito de suas leituras e experiências europeias sem, no entanto, emular quaisquer ideais passados. Condições históricas diferentes, interesses sociais conflitantes, estruturas econômicas defasadas e, principalmente, anseios libertários mais amplos eram características que tornavam a revolução de Bolívar ímpar. Bolívar era um revolucionário sem amarras, sejam elas liberais, conservadoras, étnicas, religiosas ou culturais (Collier, 1983; Zeuske, 2018). Esses processos emancipatórios tiveram como estopim não somente o desejo pela soberania continental, mas também o iminente perecimento do sistema colonial e as contradições sociais internas às colônias (Mora, 2008).

O domínio do Antigo Regime sobre os territórios hispano-americanos estava ruindo. As autonomias política e econômica, sobretudo, eram as reivindicações mais prementes. Conceitos como hierarquia, submissão e costumes estavam sendo sobrepostos pelas lógicas iluministas de virtude e liberdade individual (Lynch, 2006). Em 1815, o próprio Bolívar (2009, p. 75) – em sua “Carta da Jamaica” – relatou o tratamento concedido ao seu povo pelos colonizadores: “Os americanos, neste sistema espanhol que está em vigor, [...] não ocupam outro lugar na sociedade que o de servos próprios para o trabalho, e quando muito, o de simples consumidores”<sup>3</sup>.

Seus planos para uma América pós-independência iam além da literatura europeia que Bolívar consumia. Em outras palavras, os clássicos não davam conta de sua amplitude revolucionária. Seja no campo ideológico, social, político ou econômico as transformações exigiam caminhos e destinos distintos daqueles tomados por outros líderes revolucionários. É certo que a independência dos Estados Unidos (1776), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Haitiana (1791) serviram de inspiração para Bolívar. No entanto, é necessária cautela na análise das influências de Bolívar, na medida que

A precisão no rastreamento de influências ideológicas e causalidade intelectual é notoriamente enganosa, não menos em um líder como Bolívar, cujas ideias eram meios para ação e cujas ações eram baseadas em muitos imperativos: políticos, militares e financeiros, bem como intelectuais. Insistir demais nas origens intelectuais da revolução de Bolívar e enfatizar demais a influência do passado é obscurecer sua verdadeira originalidade. Bolívar não era escravo dos exemplos franceses ou norte-americanos. Sua própria revolução foi única e, ao desenvolver suas ideias e políticas, ele não seguiu os modelos do mundo ocidental, mas as necessidades de sua própria América<sup>4</sup> (Lynch, 2006, p. 29).

A despeito das lacunas que ainda pairam sobre alguns posicionamentos políticos de Bolívar, parece razoável afirmar que sua identificação era mais com um possível bloco de territórios hispano-americanos do

3. Traduzido do original pelo autor: “Los americanos, en el sistema español que está en vigor, [...] no ocupan otro lugar en la sociedad que el de siervos propios para el trabajo, y cuando más, el de simples consumidores”.

4. Traduzido do original: “Precision in tracing ideological influences and intellectual causation is notoriously elusive, not least in a leader like Bolívar, whose ideas were a means to action and whose actions were based on many imperatives: political, military and financial, as well as intellectual. To insist too much on the intellectual origins of Bolívar’s revolution and to overemphasize the influence of the past is to obscure his real originality. Bolívar was not a slave to French or North American examples. His own revolution was unique, and in developing his ideas and policies he followed not the models of the Western world but the needs of his own America”.

que com qualquer bandeira nacionalista. Ainda em sua carta redigida da Jamaica, Bolívar refutou a viabilidade dos regimes federalista, monárquico e democrático por acreditar que a América ainda não estaria pronta para tais modelos. Bolívar (2009, p. 81) tentou ainda uma previsão: “Vou arriscar o resultado de minhas reflexões sobre a sorte futura da América: não a melhor, mas a que seja a mais acessível”<sup>5</sup>. Os padrões políticos de Bolívar, portanto, podem ser considerados fluídos. Isso significa dizer que o local no qual ele se encontrava, as circunstâncias nas quais ele se colocava e as condições (políticas, econômicas e sociais) apresentadas eram alguns dos fundamentos de seus ideais (Lynch, 2006).

O conceito de “centralismo” foi, gradativamente, ganhando espaço no ideário de Bolívar (Castillo, 2009; Zeuske, 2018). Ao contrário de Napoleão, Bolívar não buscava construir um império ou uma hegemonia nas Américas, senão formar uma grande nação autônoma, apta a rechaçar ameaças externas e coordenar suas dinâmicas domésticas. Pode-se acreditar, desse modo, que “(...) seus ideais iam muito além da esfera do nacionalismo puro e simples, e bem na esfera do que veio a ser denominado ‘supranacionalismo’”<sup>6</sup> (Collier, 1983, p. 48). Para isso, Bolívar contava com seu carisma e com o tom personalista aos quais foi recorrendo.

Bolívar considerou a viabilidade de mesclar o centralismo, o personalismo e a aristocracia com conceitos e estruturas republicanas. Sua tarefa inicial – lograr a independência – era considerada complexa. Os passos seguintes, entretanto, seriam ainda mais complicados. Engendrar a união de territórios que – apesar de partilharem heranças coloniais – possuíam poucos vínculos econômicos e políticos requeria uma postura ortodoxa. Bolívar entendia isso e sonhava com esta forma de governo que “(...) estava destinada a ser autoritária; a autoridade ali dominante se distinguiria do puro arbítrio porque estaria guiada pela virtude”<sup>7</sup> (Donghi, 1980, p. 118).

Em realidade, havia duas forças em disputa. De um lado estavam as elites hispano-americanas que temiam o enfraquecimento de suas posições de privilégio. Em sintonia com essas classes, estavam os membros da Igreja Católica que instigavam a manutenção dos valores tradicionais da sociedade, sua estratificação e a autoridade como meio de controle social (Lynch, 2006). Por outro lado, Bolívar pregava a liberdade e a igualdade em seus discursos. Para além de políticas liberais ou conservadoras, Bolívar queria libertar a América e construir uma forma particular de governo.

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre esses conflitos, é interessante notar como Marx e Engels (2005) afirmam que a transição do feudalismo para a sociedade moderna não eliminou os “antagonismos de classe”. Ainda que a América Latina não tenha vivenciado o feudalismo de moldes europeus e que a teoria marxista tenha surgido para compreender uma realidade específica e diferente das que existiam nas colônias hispano-americanas, é importante notar que as relações de classe aqui seguiam tendências semelhantes às narradas pelos dois autores. A condição *sine qua non* para a manutenção do poder das elites econômicas e políticas é a concentração cada vez maior de riqueza (Marx; Engels, 2005) e a negação da mais valia às massas.

5. Traduzido do original: “Voy a arriesgar el resultado de mis cavilaciones sobre la suerte futura de la América: no la mejor sino la que sea más asequible”.

6. Traduzido do original: “(...) his ideals went well beyond the sphere of nationalism pure and simple, and well into the sphere of what has come to be termed ‘supranationalism’”.

7. Traduzido do original: “(...) estaba destinada a ser autoritaria; la autoridad allí dominante se distinguiría del puro arbitrio porque estaría guiada por la virtud”.

8. O paternalismo pode ser entendido como uma “política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto. [...] Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos “menores”” (Bobbio; Matteucci; Pasquino 1998, p. 908).

9. Traduzido do original: “(...) las llagas y las heridas del despotismo y la guerra”.

Ao fazer uma interpretação do pensamento de Montesquieu, Bolívar acreditava em instituições que fossem alicerçadas nos valores, costumes e identidades dos povos. Seriam ainda locais de expressão das demandas sociais e dentro dos quais a política cotidiana se desenrolaria (Lynch, 2006). Ainda que com traços paternalistas<sup>8</sup>, Bolívar (2009, p. 80) afirmava que esses espaços teriam o potencial de curar “(...) as chagas e as feridas do despotismo e da guerra”<sup>9</sup>.

Em consonância com a lógica de disputas de classes, Bolívar tinha de lidar com a dispersão geográfica da população venezuelana, característica comum da era colonial. Não obstante a ascensão de Caracas como um dos focos do império espanhol nas Américas, as comunicações entre o campo e as cidades eram precárias (Morse, 1990). Essas duas questões – conflitos de classe e dispersão geográfica – se inter-relacionavam. Caracas abrigava elites que, na tentativa de se distanciarem ao máximo das outras parcelas da sociedade, se comportavam de maneira a reforçar a posição de superioridade.

Essa conduta se tornava mais perigosa à medida que a população aumentava. De acordo com Iturrieta (2018), a Caracas dos anos iniciais do século XIX abrigava cerca de 700 mil habitantes, dos quais 500 mil eram, majoritariamente, escravos, indígenas e pardos. O problema residia no fato de as identidades entre esses grupos serem frágeis, muito em virtude do projeto dos colonizadores em demover as expressões culturais dos povos originais (Ríos, 2018). A estratégia de “dividir para conquistar”, dessa maneira, não foi utilizada pelos espanhóis somente em âmbito regional entre as várias colônias, como também nas esferas internas das sociedades, estabelecendo preconceitos e exclusão entre as diferentes classes.

## OS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO COLONIAL ESPANHOL NA AMÉRICA DO SUL

O objeto que permeava os debates e o clima pré-independência era, basicamente, um: o poder. No decorrer da década de 1810, a questão não girava tanto em torno da viabilidade da revolução, senão das dinâmicas de poder que seriam originadas após a expulsão dos espanhóis. Essa era uma das razões pelas quais Bolívar, em princípio, idealizou um governo centralista que, desde cima, produziria um sentimento nacional (Zeuske, 2018). As camadas populares, por sua vez, também enxergavam essas convulsões sociais como possibilidades de melhoria de vida. O sistema colonial estava prestes a desmoronar. A situação da região no período imediatamente às independências era tal que “(...) tínhamos filósofos como chefes, filantropia como legislação, dialética como tática, e sofistas como soldados. [...] A ordem social se sentiu extremamente comovida, e logo o Estado foi se encaminhando para uma dissolução universal, que, rapidamente, foi realizada”<sup>10</sup> (Bolívar, 2009, p. 11).

Percebe-se, desse modo, que o objetivo era substituir o poder colonial pelos poderes aristocráticos locais. Os primeiros passos revolucionários foram dados pelos criollos, haja vista suas queixas recorrentes quanto às barreiras impostas pelo governo espanhol para a venda e o escoamento de suas produções (Albert, 1983; Acosta, 2006). De fato, percebe-se que

10. Traduzido do original: “(...) tuvimos filósofos por jefes, filantropía por legislación, dialéctica por táctica, y sofistas por soldados. (...) El orden social se sintió extremadamente conmovido, y desde luego corrió el estado a pasos agigantados a una disolución universal, que bien pronto se vio realizada”.

“(…) a maioria dos movimentos independentistas começaram como a rebelião de uma minoria contra uma minoria ainda menor, de criollos (espanhóis nascidos na América) contra peninsulares (espanhóis nascidos na Espanha)”<sup>11</sup> (Lynch, 2001, p. 118). Assim, não surpreende que Bolívar tenha sido uma figura relevante na organização dessas insurreições. Ao lado dos latifundiários estavam intelectuais hispano-americanos, encarregados de elaborar as bases legais e políticas das futuras repúblicas.

De uma maneira geral, os estratos da população mais explorados no transcórre do antigo regime se mostraram reticentes em apoiar a luta independentista em um primeiro momento (Acosta, 2006; Mora, 2008). Indígenas, escravos e pequenos comerciantes temiam não tanto pela luta libertária em si, senão pela possível manutenção – ou piora – de suas condições econômicas e políticas com uma eventual administração criolla. Sobretudo os escravos ingressaram no exército patriota dispostos a ajudar na derrocada do domínio europeu. As burguesias urbanas e portuárias buscavam expandir seus mercados consumidores ultramarinos, notadamente com a Inglaterra industrializada (Kohan, 2014). Já a Igreja Católica, como mencionado, tinha um posicionamento alinhado aos interesses da coroa espanhola, não obstante diversos padres tenham apoiado a causa revolucionária (Mora, 2008).

Em 1808, quando da ocupação da Espanha por Napoleão, tanto os espanhóis quanto os moradores de suas colônias – em um primeiro momento – se opuseram à dominação francesa e iniciaram planejamentos para restaurar o status quo ante (Rodríguez, 1998). Na Europa, havia um descontentamento com os desmandos de José Bonaparte, irmão de Napoleão e escolhido para governar a Espanha. A reivindicação popular era o retorno do rei Fernando VII e a saída das tropas francesas do território ibérico. Os americanos, por seu turno, logo após sinalizarem positivamente a um retorno da monarquia espanhola, viram esse momento como favorável ao início de um processo emancipatório.

Em algumas regiões hispano-americanas foram criados conselhos, compostos por criollos, que assumiriam o controle político enquanto a estabilidade não fosse restaurada na Europa. Em Quito, por exemplo, malgrado o insucesso de uma primeira iniciativa, em 10 de agosto de 1809 foi estabelecido um “Conselho Soberano” presidido pelo Marquês de Selva Alegre e que possuía intenções separatistas mais profundas (Mora, 2008). Após a libertação e o posterior regresso de Fernando VII ao trono espanhol em 1814, houve acentuação das insatisfações sociais nas colônias, o que levou à radicalização dos movimentos de independência a partir de então.

Mesmo antes de se tornarem independentes, as diversas cidades – que por fim se reuniram sob o nascente Estado do Equador – não partilhavam conceitos culturais, tampouco tinham grandes afinidades comerciais e produtivas. Quando, em 1809, a elite quiteña (residentes em Quito) se insurgiu, o posicionamento tanto das províncias da porção amazônica quanto da costeira foi de oposição e manutenção dos laços coloniais com a Espanha (Bushnell, 1985; Moreno, 1998; Mora, 2002). Essas divergências, futuramente, refletiriam em uma instabilidade social quando da formação do Estado do Equador em 1830.

11. Traduzido do original: “(...) la mayoría de los movimientos independentistas comenzaron como la rebelión de una minoría contra una minoría aún más pequeña, de criollos (españoles nacidos en América) contra peninsulares (españoles nacidos en España)”.

12. As Reais Audiências foram instituições criadas pelos espanhóis no século XIV e relacionadas ao cumprimento da Justiça em seus territórios europeus e em suas possessões ultramarinas. Conforme Rodríguez (1998, p. 7) “as unidades territoriais mais duradouras foram aquelas áreas administradas pelas audiências (altas cortes), frequentemente chamadas de reino. [...] As outras audiências da América Espanhola consistiam em Guatemala (América Central), Santa Fé de Bogotá (Nova Granada), Caracas (Venezuela), Quito, Charcas (Alto Peru), Lima (Peru), Santiago (Chile), Buenos Aires (Rio de la Plata), e Santo Domingo (o Caribe)”. No que diz respeito, especificamente, à Audiência de Quito é interessante notar que “Foi somente em 1563 que a coroa estabeleceu uma alta corte (audiência) na cidade de Quito para chefiar a recém implantada burocracia imperial” (ANDRIEN, 1995, p. 15).

13. Traduzido do original: “from faster natural increase and from migration from the sierra”.

A busca por unidade sociopolítica – particularmente entre as maiores cidades equatorianas: Quito, Guayaquil e Cuenca – se mostrou intrincada e incerta desde o início (Andrien, 1995; Mora, 2002). A animosidade, especialmente entre as duas primeiras, era antiga. Quito fora o centro político da audiência<sup>12</sup> sob o governo espanhol, enquanto Guayaquil – por ser uma cidade portuária – cumpria a função de escoar a produção interna. Cuenca se encontrava distante geograficamente e, desse modo, exercia funções periféricas nesse contexto. Essas diferenças foram aprofundadas no decorrer dos conflitos, intensificando as hostilidades entre as três cidades.

Nas questões produtivas também não foi diferente. Não houve alterações substantivas no curto e médio prazo (Deas, 1985; Mora, 2002; Acosta, 2006). A diversificação de culturas fez com que, no decorrer dos anos 1800, Guayaquil assumisse participação relevante na economia regional, tanto por suas plantações de cacau quanto pela presença do porto. Segundo Deas (1985), mesmo no período posterior à emancipação, a exportação de cacau de Guayaquil continuou representando de 50% a 65% do total de exportações. O incremento demográfico foi resultado, assim, “do crescimento natural mais rápido e da migração advinda da serra”<sup>13</sup> (Deas, 1985, p. 513).

Já Quito, possuía um histórico na confecção de têxteis de lã e, em menor medida, no forjamento de ferrarias e na mineração (Cardoso; Brignoli, 1983). Ao longo da década de 1810, a serra manteve certo poder político e administrativo, mas viu sua representatividade econômica ser suplantada, em especial, por duas razões: o fortalecimento do mercado exportador de cacau da costa, impactado pelas medidas liberais do final do século XVIII; e pelo distanciamento da agora autônoma porção sul da Colômbia, principal parceira dos comerciantes quiteños (Moreno, 1998). Não obstante a crise econômica local, isso não significou que Quito tivesse se tornado inexpressiva do ponto de vista comercial, senão que voltara seus produtos para o abastecimento do mercado doméstico.

No que se refere aos movimentos revolucionários hispano-americanos, foram três os focos iniciais: Caracas, Buenos Aires e Cidade do México. A primeira, especialmente, se tornou um dos núcleos, visto que experimentou um crescente apelo por parte da coroa à época colonial, dados seu clima propício à agricultura e sua posição estratégica privilegiada (Morse, 1990). Essa estima se transformou na constituição de Caracas como um dos centros políticos e burocráticos das colônias hispano-americanas. Na segunda metade da década de 1800, todavia, os interesses de colônias e metrópole chegaram a um impasse definitivo. Para alguns autores, esse curto espaço temporal foi o mais importante para a Ibero América desde sua conquista (Stein, S.; Stein, B. 1977).

Para além da ocupação napoleônica à Espanha, o ano de 1808 é paradigmático também para as economias e trocas comerciais das colônias hispânicas na América. Com o bloqueio naval imposto por Napoleão, à Inglaterra coube a tarefa de procurar novos mercados fornecedores e consumidores. As então colônias hispano-americanas foram alguns dos alvos que, há algum tempo, já comercializavam com os ingleses, mesmo

que de maneira tímida e sob a repressão espanhola. A partir da ocupação napoleônica à Espanha estes intercâmbios se intensificaram.

Em uma análise preliminar, percebe-se que as características frágeis das economias hispano-americanas, no transcorrer do período colonial, eram consequência das diretrizes da metrópole. Muito embora esta afirmação não seja absurda, ela não está de todo correta. Ao considerar que as configurações política e econômica seguiam um padrão em todos os territórios coloniais espanhóis, outros aspectos deveriam ser os responsáveis pelas disparidades de desenvolvimento nas Américas. Prova disso é a proporção de 3:1 no valor dos bens totais produzidos (PIB) no ano de 1800 entre Cuba e Peru, por exemplo (Coatsworth, 2006). Isso mostra como tanto as variantes geográficas quanto a diversificação da pauta produtiva podem refletir nos resultados econômicos.

O cenário estrutural peruano – assim como o sul-americano em geral – não dispunha de transporte de qualidade e seguro – essenciais para investimento – e mão de obra qualificada (Albert, 1983). Além dos novos produtos que foram incorporados à realidade das colônias, os métodos ingleses de negociar – tais como rapidez, preços mais baixos e pagamentos em dinheiro – também exigiram certa adaptação por parte dos americanos (Donghi, 1991). É importante ressaltar que não só essas condições não foram satisfeitas como a entrada crescente de mercadorias inglesas gerou uma crise no já debilitado setor manufatureiro hispano-americano, sendo, dessa maneira, determinante para a desagregação das novas sociedades autônomas (Furtado, 1970).

Um dos casos em que a relação comercial com a metrópole espanhola alcançou níveis irreconciliáveis foi a Venezuela, o que evidenciou sua importância como um dos locais originários dos movimentos revolucionários. Reconhecidos pela produção de cacau, café, algodão e couro os latifundiários venezuelanos atribuíram à Inglaterra uma parceria mais confiável e politicamente estável do que os espanhóis (Lynch, 1985). O pacto colonial<sup>14</sup>, que vigorava desde o século XVI, estava se tornando insustentável. Além da diversificação dos mercados consumidores, as perspectivas para a concessão de crédito internacional também era um elemento de otimismo entre os latifundiários da região (Escosura, 2006).

Sob um olhar produtivo, Caracas caracterizava-se como uma cidade cuja diversificação era reconhecida no início do século XIX. Itens como tabaco, café, açúcar e corantes naturais – como o índigo (anil) –, pouparam a economia caraqueña de uma “cacaupendência”, sem, contudo, desbancá-lo de sua liderança como item mais cultivado (Mckinley, 1985). A incorporação de novos itens na pauta produtiva foi capitaneada pelas elites latifundiárias que viram essas novas colheitas como oportunidades de maiores rendimentos e abertura de novos mercados consumidores. Através de canais legais, foi possível comercializar todos estes gêneros – excetuando o cacau, cujo fluxo era direcionado quase que exclusivamente à metrópole – com as colônias caribenhas e com os Estados Unidos (Mckinley, 1985).

Como consequência dessa maior variedade e ampliação de culturas, intensificou-se o comércio escravista dentro da colônia. Para culturas como o açúcar e o café foram empregados essencialmente escravos,

14. Regime comercial que obrigava as colônias a comercializarem somente com suas respectivas metrópoles. Na visão de Fausto (1995, p. 56) “Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia, sobretudo para vender diretamente entre outros países da Europa. Inversamente, procurava-se também impedir que mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir, até onde fosse possível, os preços pagos na colônia por seus produtos, para vendê-los com maior lucro na metrópole”.

tendo em vista os altos custos das contratações de mão de obra. Segundo Mckinley (1985), de 11 fazendas pesquisadas nos arredores que produzi- am açúcar, nove tinham escravos que representavam entre 35% e 50% do valor total dos meios de produção; esta porcentagem em relação às duas restantes girava em torno de 27%.

De qualquer modo, o que se percebe é que para as elites cara- queñas, os ideais abolicionistas – bem como a flexibilização da estratifi- cação social e a liberdade de culto – eram assuntos tratados com cautela (Bushnell, 1985; Iturrieta, 2018). Isso pode ser entendido a partir da cons- tatação de que brancos (espanhóis e criollos) representavam somente 20% da população venezuelana no começo dos anos 1800, contrastando com os 80% predominantes de negros, mestiços, indígenas e outros grupos marginalizados (Ríos, 2018). No que diz respeito à cidade de Caracas par- ticularmente, a tabela abaixo pode elucidar algumas dessas discrepâncias de raça e demografia:

Tabela 1 – População de Caracas por raça, em milhares de habitantes (1785/7- 1800/9)

Raça	1785/7	%	1800/9	%
Castas <sup>15</sup>	147	44	197	46
Branco	79	24	108	26
Escravidados	53	16	64	15
Indígenas	53	16	56	13

15. Segundo Mckinley (1985, p. 9, tradução nossa) “A composição racial dessa população pode ser dividida em em quatro grandes categorias: brancos, mestiços ou negros descendentes de negros (os castas), escravos negros e índios”.

Fonte: Adaptado de Mckinley (1985, p. 10).

Em contrapartida, em virtude de sua localização mais afastada dos centros insurgentes e sua relativa autossuficiência em termos econômicos e políticos, o território do Alto Peru (atual Bolívia) foi uma das últimas a receber a chegada do exército patriota. Enquanto isso, a população ini- ciou sua própria revolução em 1809. Em realidade, como na maioria das colônias espanholas, as revoltas partiram de grupos pertencentes às elites criollas, insatisfeitas com o governo monarquista. Inicialmente, a adesão de camadas populares ao movimento foi restrita (Klein, 2011), dadas as incertezas que acompanhavam esses eventos.

## A ECLOSÃO DAS REVOLTAS

Ninguém faz revolução porque quer e ninguém deixa de evitá-la porque gosta (Ribeiro, 1983, p. 219).

Após o insucesso expansionista de Napoleão, o rei espanhol Fernando VII reassumiu o trono em 1814. Decidido a retomar o controle de suas colônias americanas, o monarca se apoiou em uma política au- tocrática e repressiva (Mora, 2008). Este foi mais um elemento que exa- cerbou as disputas entre hispano-americanos e espanhóis. Os primeiros – em especial, as elites – se viram, uma vez mais, alijados das posições de poder em suas próprias pátrias. Por mais fracionada que tenha se tornado a autoridade espanhola desde 1808, aos povos colonizados da América eram concedidos unicamente pequenos espaços de poder.

Diante dessa situação, em 1815, Bolívar (2009, p. 75) retratou a dominação espanhola, argumentando que aos hispano-americanos não eram atribuídos cargos como “vice-reis ou governadores, senão por causas muito extraordinárias; [...] militares, apenas como subordinados; nobres, sem privilégios reais; em suma, não éramos magistrados, nem financistas e quase nem mesmo comerciantes: tudo em violação direta de nossas instituições”<sup>16</sup>.

As independências hispano-americanas vieram e com elas a precarização das condições políticas, sociais e econômicas dos, agora, povos livres (Furtado, 1970; Stein, S.; Stein, B. 1977; Albert, 1983; Bushnell, 1985; Bulmer-Thomas, 2003; Coatsworth, 2006; Escosura, 2006; Klein, 2011). Sobretudo no interregno de 1810 a 1830, as mudanças – quando existentes – se mostraram negativas: a estratificação social permaneceu inflexível; houve grande dificuldade de abertura de novas linhas comerciais (Furtado, 1970); as cadeias produtivas locais foram prejudicadas pelo crescente fluxo de mercadorias inglesas; e, enfim, o vácuo de poder deixado pela ruína da dominação espanhola foi responsável por um ambiente político de guerra civil, como por exemplo na Colômbia.

Nos casos do Alto Peru e do Peru, esse intervalo também foi representativo do declínio da atividade mineradora, haja vista o estancamento dos fluxos comerciais com a Europa – em razão das guerras napoleônicas – e a eclosão dos focos revolucionários na América (Bulmer-Thomas, 2003). Parece haver um consenso na literatura quanto à deterioração da atividade mineira nessas regiões a partir dos anos de 1810 (Stein, S.; Stein, B. 1977; Tandeter, 2006; Klein, 2011). De acordo com a tabela 2, nota-se que o recuo da produtividade mineira na região de Potosí (em especial, de prata) foi de mais de 50% em um intervalo de cerca de 30 anos:

Tabela 2 – Média da produção de prata em Potosí (em marcos por ano)

Década	1790	1800	1810	1820
Potosí	385,000	300,000	200,000	150,000

Fonte: Elaborada com base em Klein (2011, p. 103).

Uma das causas, como já citado, para a queda da produção de minérios foi a perda de mão de obra. A supressão de regimes de trabalhos forçados, como por exemplo a mita<sup>17</sup>, contribuiu para o esvaziamento produtivo da região, especialmente em Potosí. Por ser a atividade comercial básica do Alto Peru, os efeitos sociais e econômicos no governo foram sentidos rapidamente. Além de ter se tornado um produto escasso, o preço do mercúrio, essencial para a mineração, dobrou entre o começo da década de 1790 e 1810 (Tandeter, 2006). Quanto ao número de minas ativas, estima-se que em Cerro Rico (Potosí) tenham se reduzido de centenas, por volta de 1803, para 50 em 1825 (Klein, 2011).

Estes eventos podem ter influenciado as relações externas dos governos da região. Apesar de alguns deles – tais como Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela – terem em comum a figura de Bolívar como líder revolucionário, suas diferenças de ordem cultural, econômica e social parecem ter sido fundamentais para a escolha de rumos

16. Traduzido do original: “virreyes ni gobernadores, sino por causas muy extraordinarias; [...] militares, sólo en calidad de subalternos; nobles, sin privilegios reales; no éramos, en fin, ni magistrados, ni financistas y casi ni aun comerciantes: todo en contravención directa de nuestras instituciones”.

17. Sistema de trabalhos forçados que consistia “em um determinado tempo de trabalho obrigatório que os indígenas homens adultos tinham que realizar. A Coroa distribuía esse tempo de trabalho, reservando-se parte dos mitayos para obras públicas e entregando os demais aos colonos espanhóis que necessitavam de mão de obra. Apesar de ser um trabalho forçado, eram pagos salários, os quais garantiam ao Estado que os indígenas dispunham de recursos para o pagamento do tributo” (MORA, 2008, p. 16, grifos nossos).

distintos. As ambições iniciais de Bolívar de reunir tais populações em uma grande nação esbarraram na negativa das respectivas elites locais. Na visão de Escosura (2006, p. 480) “O modo como a independência foi alcançada e o grau anterior de comprometimento com o mercantilismo colonial condicionaram a performance das novas repúblicas. A independência não nivelou as disparidades regionais”<sup>18</sup>.

18. Traduzido do original: “The way independence was achieved and the previous degree of commitment to colonial mercantilism conditioned the new republics’ performance. Independence did not level off regional disparities”.

Nem a unanimidade, tampouco a homogeneidade eram características das incipientes revoluções da América espanhola no transcorrer do decênio de 1810. O primeiro aspecto a ser considerado é que, mesmo dentro das próprias elites, havia discordância sobre a busca pela independência ou o retorno aos laços coloniais. Esses grupos se opunham à instalação das Juntas Governativas<sup>19</sup>, cujo objetivo era dar mais autonomia política às colônias. É significativa a menção de que todas as colônias hispano-americanas da parte sul do continente – excetuando somente o Peru –, instituíram tais Juntas para preencher o vácuo de poder deixado pela ausência da monarquia.

19. Assembleias compostas por hispano-americanos que, em teoria, assumiam uma posição de lealdade e dependência em relação ao rei espanhol Fernando VII, mas, na prática, operavam com autonomia.

Há um segundo fator relevante: a não unanimidade entre cidades e regiões rurais sobre as direções a serem seguidas. O resultado foi o desencadeamento de guerras civis que faziam não só as elites rivalizarem entre si, como também as áreas urbanas enfrentarem as massas interiores (Rodríguez, 1998). Os frágeis elos que uniam estas oligarquias são fundamentais para entender a construção dos Estados americanos pós 1830 (Furtado, 1970; Coatsworth, 2006), uma vez que foram agentes importantes na estruturação social.

Adicionalmente, as questões geográficas e climáticas devem também ser ressaltadas. A vastidão da América do Sul, a precariedade e até inexistência de infraestrutura de transporte e as diferentes condições climáticas impactaram os processos revolucionários. Tais aspectos favoreceram, por exemplo, regiões como Buenos Aires e Caracas a serem precursoras das rebeliões (Rodríguez, 1998). Outro exemplo foi a lentidão com a qual as notícias dos levantes independentistas americanos atingiram Lima, cidade voltada ao Pacífico. Cidades como La Paz, Quito e Santa Fé de Bogotá, por se encontrarem em altitudes significativas, sofriam com isolamentos temporários. Sendo assim, além dos conflitos civis, os fatores topográficos e as condições climáticas foram aspectos que prejudicaram o ritmo das revoluções.

Por gozar de vantagens como clima propício à agricultura e localização próxima ao porto de La Guaira – principal rota de saída das exportações – Caracas se consolidou na liderança produtiva regional, com destaque para as produções de cacau, café e anil. Por concentrar, na década de 1810, quase 800 mil pessoas – praticamente metade de toda a população venezuelana – e ter maior dinamicidade comercial, Caracas era responsável por quase 80% da produção de cacau, número que aumenta para quase 100% quando se trata de café e anil (Ríos, 2018).

Outros dois gêneros que merecem ser citados são o açúcar e o tabaco. Assim como o café, o açúcar exigia altos investimentos em mão de obra e infraestrutura, ao mesmo tempo que apresentava um complexo ciclo produtivo. Apesar destes fatores e de ser relativamente negligenciado, o açúcar era um dos itens essenciais para o comércio interno da

Venezuela (Mckinley, 1985). Comparativamente ao café e ao açúcar, o tabaco era uma cultura mais barata e mais rentável, com a vantagem de causar dependência no usuário, ensejando o aumento da demanda. Muito embora fosse considerado item de exportação, havia certa procura interna pelo tabaco. De acordo com Mckinley (1985), Caracas centralizava por volta de dois terços da produção, reunindo, em 1808, um grupo de até oito mil trabalhadores no Vale do Aráguá.

Além disso, os vínculos comerciais entre as regiões não apresentaram resultados positivos imediatos. É certo que, mesmo no decurso colonial, essas relações não se mostravam promissoras. Entretanto, havia uma expectativa de que a complementariedade das economias fomentasse maior fluxo comercial. A princípio, não foi o que ocorreu. Prioritariamente às trocas comerciais estavam os investimentos para a manutenção/expansão dos exércitos patriotas e em assegurar um mínimo de ordem institucional (Escosura, 2006). Mesmo porque as distinções, em termos produtivos, de disponibilidade de recursos e de capital entre as colônias não permitiu esboçar um modelo econômico padronizado.

Parte dessas disparidades, bem como as infraestruturas de transporte, podem ser consideradas heranças das restrições e repressões coloniais. Juntamente com todas estas condições, as rivalidades internas podem ter sido um dos aspectos que refrearam os focos revolucionários no Equador, por exemplo. O que não parece atrair tanta atenção é como as rivalidades interclasses dentro das maiores cidades influenciaram no adiamento da independência. Havia um hiato considerável entre as camadas mais pobres e as oligarquias. Estas últimas, além de estarem afastadas dos centros intelectuais, não demonstraram um ímpeto inicial para liderar sua emancipação (Bushnell, 1985).

Gerado esse ímpeto, as elites criollas amargaram derrotas iniciais. Os rebeldes vindos de Guayaquil – cuja emancipação foi anunciada em 1820 – acreditaram poder libertar outras partes da antiga audiência, o que não ocorreu. Passadas essas primeiras derrotas, o quadro da guerra estava prestes a ser alterado. Dois foram os fatores principais para o êxito das lutas posteriores: incorporação das reticentes parcelas da população que tratavam com desconfiança as posturas inclusivas das classes mais ricas e a chegada do reforço enviado por Bolívar e comandado pelo general Antonio José de Sucre (Mora, 2008). A chegada de Sucre foi o gatilho para a virada revolucionária e a derrota final do exército monarquista em 1822 na batalha de Pichincha.

Há, contudo, aqueles que assumem um posicionamento mais positivo desses eventos e enfatizam o sentimento de unidade regional resultante (Castillo, 2009). Haveria, portanto, uma identificação dos povos rebeldes em prol de uma supranacionalidade. Para Castillo (2009), os fatores operacionais e militares da guerra foram suplantados em importância pelo desejo de rompimento das repressões políticas às quais os revolucionários estavam submetidos. Isso se comprovaria, em parte, pelas modestas condições dos pequenos exércitos e pelas circunstâncias geográficas e climáticas enfrentadas. Ele argumenta, finalmente, que as vitórias patriotas se deram, em grande medida, graças aos “enormes erros

20. Traduzido do original: “enormes errores de Fernando VII y de los gobiernos absolutistas y liberales en Madrid desde 1815 en adelante”.

de Fernando VII e dos governos absolutistas e liberais em Madri desde 1815 em diante”<sup>20</sup> (Castillo, 2009, p. 443).

O que se pode constatar, todavia, é que, muito embora as revoluções tenham tido em comum ideais antimonarquistas e autonomistas, as demandas e os anseios divergiam nas variadas sociedades. Muito da instabilidade política advinda dos movimentos independentistas foi fruto da inabilidade das elites criollas em conduzir os assuntos públicos, tendo em vista a transferência improvisada das instituições e ordenamentos legais espanhóis pela Coroa para suas colônias (Coatsworth, 2006). Esses grupos tinham como ideais o liberalismo econômico adotado na Europa e a tentativa de desligamento do passado colonial. Uma outra vertente, mais inclusiva e heterogênea, buscava a inserção dos povos indígenas nas estruturas sociais e a construção de um imaginário cultural próprio (Furtado, 1970).

Em meio à saída de capitais estrangeiros, ao colapso fiscal em algumas economias, à limitação do comércio exterior e à redução da renda per capita, os movimentos revolucionários presenciaram um aprofundamento das fissuras entre seus comandantes (Bulmer-Thomas, 2003). Em 1815 – quando ainda guardava alguma ilusão em formar uma grande nação no subcontinente sul-americano, integrado por uma só língua, uma religião, um governo e uma origem histórica – Bolívar (2009, p. 84) já vislumbrava as disputas que irromperiam no seio de seu exército, considerando que “climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres diferentes, dividem a América”<sup>21</sup>. A tabela 3 mostra a contração (quase pela metade) das exportações latino-americanas para a Inglaterra, precisamente no período em que se iniciam os levantes revolucionários:

21. Traduzido do original: “climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América”.

Tabela 3 – Exportações latino-americanas para a Inglaterra, em milhares de libras (1794/6-1834/6)

Período	1794/6	1804/6	1814/6	1824/6	1834/6
Exportações AL-ING	275	1270	6227	3109	3380

Fonte: Adaptado de Escosura (2006, p. 494).

A despeito de (ou por causa de) algumas vitórias patriotas e do recuo do exército monarquista, as rupturas surgiram entre as alas dos altos oficiais e de burocratas que pretendiam manter as bases socioeconômicas das antigas colônias (Zeuske, 2018), com a diferença que não haveria mais a intervenção espanhola. Francisco de Paula Santander foi um dos generais que Bolívar encarregou de administrar a Grã-Colômbia (união dos atuais Panamá, Colômbia, Venezuela e Equador) desde Santa Fé de Bogotá. Santander foi um desses líderes que, cerrado em seu gabinete e privado do campo de batalha, deu início a reformas de cunho liberal, cujos resultados a curto prazo foram a piora da qualidade de vida da população e o afastamento dos ideais de Bolívar.

Esse distanciamento aumentou ao longo dos anos 1820, à medida que Santander se colocou ainda mais em oposição às diretrizes de Bolívar. Ambos, que nos primeiros anos revolucionários participaram de

importantes batalhas, compartilhavam agora poucos valores. O primeiro era fiel à lei, de conduta liberal na economia, extremamente religioso e dotado de uma perspectiva restrita, local; Bolívar, por seu turno, não se guiava por nenhum dogma religioso em específico, era sensível às necessidades sociais e vislumbrava seu projeto de um prisma mais amplo e integrativo (Kohan, 2014).

O que se viu imediatamente após a conquista das independências hispano-americanas foi um quadro crítico. Além da manutenção da rígida estratificação social, a precarização das condições de trabalho, o vácuo político e a crise econômica foram elementos que atingiram, principalmente, os indígenas e os escravos (Ribeiro, 2017). Com exceção da Bolívia (1826) e do Chile (1823), todos os territórios analisados só aboliram a escravidão perto da metade do século XIX (Escosura, 2006). O que se percebe é que ao invés de conduzirem à uma nova realidade e a transformações estruturais nas sociedades, as guerras de libertação foram sucedidas por sistemas que conservaram heranças coloniais (Stein, S.; Stein, B. 1977; Andrien, 1995).

Em âmbito regional, ainda havia uma tendência pela fragmentação da hispano-américa em repúblicas menores e autônomas, o que frustrou o plano de Bolívar. Não por acaso, os processos de rompimento se deram a partir de 1830, ano de sua morte. Nesta data, a antiga Grã-Colômbia foi desmembrada em Nova Granada (atuais Colômbia e Panamá), Equador e Venezuela. Peru e Bolívia, por sua vez, se separaram depois de uma rápida união entre 1836 e 1839. O que fora concebido para ser uma só nação, em poucos anos, se transformou em várias pequenas repúblicas, cujas despesas administrativas advindas da atomização geográfica e da ampliação de entidades políticas (Escosura, 2006) foram absorvidas pela população por meio de impostos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso desse estudo, buscou-se investigar o projeto político de Simón Bolívar em meio à expulsão dos espanhóis das Américas e as disputas por poder subsequentes. Para tanto, foram abordadas as revoluções que deram origem aos processos de independência das colônias espanholas nas Américas nos primeiros 30 anos do século XIX. A atuação de Bolívar nesses conflitos foi indissociável de seus desfechos, o que poderia apontar para um possível prosseguimento de seu projeto após a formação das novas repúblicas hispano-americanas. Em seguida a sua morte em 1830, todavia, o que se percebeu foram confrontos por poder e a conservação de antigas estruturas sociais.

Muito desse projeto de Bolívar era composto por ideais de arranjos de integração latino-americana, de emancipação dos povos coloniais e melhor equalização das riquezas entre as classes sociais. Acima de tudo, a palavra que unia muitos dos hispano-americanos e era repetida incansavelmente por Bolívar era liberdade. As repressões políticas, sociais e econômicas durante séculos haviam sido suportadas pelos povos colonizados que, quando muito, intentavam uma revolta que logo era reprimida com violência. Sob a liderança de Bolívar o cenário fora diferente.

Para lograr a libertação desses territórios, Bolívar dispunha de um perfil carismático, centralizador e autoritário. A liderança fora outro fator que contribuía para a consecução das independências. A eloquência com a qual discursava foi um elemento importante para os levantes e a adesão da população ao seu exército patriota. É difícil negar que as guerras de independência, em geral, resultaram em economias abatidas, setores produtivos em decadência e disseminação da pobreza. Percebeu-se que as disputas por poder entre as elites locais dentro da lógica das independências enfraqueceram a capacidade dessas regiões executarem o projeto político supranacionalista de Simón Bolívar.

Este trabalho pretendeu contribuir com estudos da história econômica, política e social da América Latina a partir do projeto integrativo de um dos maiores símbolos da liberdade e autonomia do subcontinente, Simón Bolívar. Essa perspectiva é carente de pesquisas na literatura brasileira, tendo em vista que não se partilha aqui de muitos dos elementos históricos e culturais em relação aos vizinhos latino-americanos. Foi possível constatar, contudo, que muito do que Bolívar idealizou e logrou (sobretudo no que diz respeito ao sonho de integração regional) permanece, ainda hoje, vivo em discursos e políticas de líderes da região. Desse modo, acredita-se que a pergunta de pesquisa foi respondida considerando que as elites criollas locais, logo após as independências, participaram ativamente da reconstrução das novas repúblicas e, de maneira geral, mantiveram as posições de poder deixadas pelos espanhóis após sua fuga.

Quanto às questões econômicas, ficou evidente que a América Latina contemporânea carrega um legado que data do período imediatamente após as independências. Tendo em vista os prejuízos causados pelas guerras de emancipação às atividades produtivas e a retração econômica desse momento histórico na quase totalidade do subcontinente, as novas repúblicas foram formadas com o desafio de retomar o crescimento econômico do final do século XVIII e início do XIX. Esse crescimento deveria ter em conta as novas configurações sociais, a autonomia política frente à Espanha e o novo arranjo político regional de ex-colônias recém-emancipadas. Tal fragmentação territorial foi de encontro ao projeto bolivariano e enfraqueceu a capacidade das novas repúblicas de fazer frente às grandes potências.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **Breve história econômica do Equador**. Brasília: Funag, 2006.
- ALBERT, Bill. **South America and the world economy from independence to 1930**. Londres: Macmillan Press, 1983.
- ANDRIEN, Kenneth. **The kingdom of Quito, 1690-1830: the state and regional development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI Nicola; PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOLÍVAR, SIMÓN. Contestación de un americano meridional a un caballero de esta isla [“Carta de Jamaica”]. VILA, Manuel Pérez (ed.). **Doctrina del libertador**. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, p. 66-87, 2009.
- BRIGNOLI, Héctor. **Historia global de América Latina: del siglo XXI a la independencia**. Madri: Alianza Editorial, 2018.

- BULMER-THOMAS, Victor. **The economic history of Latin America since independence**. 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.
- BUSHNELL, David. The independence of Spanish South America. BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 95-156, 1985.
- CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CASTILLO, Guillermo. **América Hispánica (1492-1898)**. Barcelona: Labor, 2009.
- COATSWORTH, John. Political economy and economic organization. BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CONDE, Roberto Cortés (eds.). **The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century**. Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 237-273, 2006.
- COLLIER, Simon. Nationality, nationalism, and supranationalism in the writings of Simón Bolívar. **The Hispanic American Historical Review**, v. 63, n. 1, p. 37-64, 1983.
- DEAS, Malcolm. Venezuela, Colombia and Ecuador: the first half-century of independence. BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 507-538, 1985.
- DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- DONGHI, Tulio. Economía y sociedad. BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: América Latina independiente, 1820-1870**. Barcelona: Editorial Crítica, p. 3-41, 1991.
- ESCOSURA, LEANDRO. The economic consequences of independence in Latin America. BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CORTÉS CONDE, Roberto (eds.). **The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century**. Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 463-504, 2006.
- FAUSTO, BORIS. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.
- ITURRIETA, Elías. El siglo XIX, o los "tumbos" del republicanismo. ITURRIETA, Elías Pino (coord.). **História mínima de Venezuela**. Cidade do México: Turner, p. 87-140, 2018.
- KLEIN, Herbert. **A concise history of Bolivia**. 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.
- KOHAN, Néstor. **Simón Bolívar y nuestra independencia: una lectura latino-americana**. Quito: Yulca Editorial, 2014.
- LYNCH, John. The origins of Spanish American independence. BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-50, 1985.
- LYNCH, John. **América Latina, entre colonia y nación**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- LYNCH, John. **Simón Bolívar: a life**. Filey: Yale University Press, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MCKINLEY, Peter. **Pre-revolutionary Caracas: politics, economy and society 1777-1811**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MORA, Enrique. Ecuador desde 1930. BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: los países andinos desde 1930**. Barcelona: Editorial Crítica, p. 259-300, 2002.
- MORA, Enrique. **Resumen de historia del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.
- MORENO, Christiana. **La Audiencia de Quito: aspectos económicos y sociales (Siglos XVI-XVIII)**. Quito: Abya-Yala, 1998.
- MORSE, Richard. El desarrollo urbano de la Hispanoamérica colonial. BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: América Latina colonial**. Barcelona: Editorial Crítica, p. 15-48, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2017.
- RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

RÍOS, Manuel. Venezuela Colonial. ITURRIETA, Elías Pino (coord.). **História mínima de Venezuela**. Cidade do México: Turner, p. 21-86, 2018.

RODRÍGUEZ, Jaime. **The independence of Spanish America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998.

STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. **A herança colonial da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

TANDETER, Enrique. The mining industry. BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CONDE, Roberto Cortés (eds.). **The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century**. Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 315-356, 2006.

ZEUSKE, Max. **Simón Bolívar, sua posição na história e na atualidade**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12, n. 2, p. 10-30, 2018.